

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p> http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.38042</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

Dinâmicas de preconceito contra a diversidade sexual no contexto da universidade¹

Prejudice dynamics against sexual diversity in the context of the university

Dinámicas del prejuicio contra la diversidad sexual en el contexto de la universidad

Wellington Magno da Silva²

orcid.org/0000-0001-8025-6206
welligthon@hotmail.com.br

Celso Francisco Tondin³

orcid.org/0000-0001-7640-5838
celstondin@ufsj.edu.br

Isabela Saraiva de

Queiroz³

orcid.org/0000-0003-0839-1512
isabelasq@ufsj.edu.br

Recebido em: 8 maio 2020.

Aprovado em: 12 jan. 2021.

Publicado em: 8 maio 2023.

Resumo: O artigo objetiva analisar experiências de preconceito contra sexualidades vivenciadas por estudantes, autodeclarados homens *gays*, na trajetória acadêmica. Constitui um estudo qualitativo com pressupostos metodológicos e epistemológicos feministas, no qual foram realizadas entrevistas narrativas com sete discentes, acessados por meio da técnica *snowball*, sendo os dados discutidos com base na análise crítica do discurso. A universidade e outros espaços (festas e repúblicas universitárias), tomados como uma extensão da instituição, são vistos como ambientes mais acolhedores e libertários para as experiências não heterossexuais, no entanto, em muitos casos, (re)produzem dinâmicas complexas de preconceito que reforçam a manutenção de tais experiências no campo do privado, colaborando para a manutenção da lógica heteronormativa. Sugere-se a criação de espaços para troca de experiências como importante ferramenta de emergência de sujeitos políticos que compreendam criticamente o contexto que os cerca e desconstruam os mecanismos de poder que produzem silenciamento e naturalizam violências.

Palavras-chave: estudantes, diversidade de gênero, sexismo, homofobia, homossexualidade masculina

Abstract: The article aims to analyze experiences of prejudice against sexualities experienced by students, self-declared gay men, in the academic trajectory. It constitutes a qualitative study with methodological and epistemological assumptions of feminist theories, in which narrative interviews were conducted with seven students, accessed through the snowball technique, and the data were discussed based on critical discourse analysis. The university and other spaces (university parties and student republics), considered as an extension of the institution, are viewed as more welcoming and libertarian environments for non-heterosexual experiences, however, in many cases, it (re) produces complex dynamics of prejudice that reinforce the maintenance of such experiences in the private field, contributing to the maintenance of logic heteronormative. It is suggested the creation of spaces for the exchange of experiences as an important tool for the emergence of political subjects who critically understand the context that surrounds them and deconstruct the mechanisms of power that produce silencing and naturalize violence.

Keywords: students, gender diversity, sexism, homophobia, homosexuality, male

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las experiencias de prejuicio contra las sexualidades vividas por estudiantes, hombres homosexuales autodeclarados, en la trayectoria académica. Constituye un estudio cualitativo con supuestos metodológicos y epistemológicos de las teorías feministas, en el que se realizaron entrevistas narrativas a siete estudiantes, a las que se accedió mediante la técnica *snowball*, y se discutieron los datos con base en el análisis crítico del discurso. La universidad y otros espacios (fiestas universitarias y hermandades de estudiantes), tomados como una extensión de la institución, son vistos como ambientes más acogedores y libertarios para las experiencias



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

³ Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil.

no heterossexuais, sin embargo, en muchos casos, (re) produce dinámicas complejas de prejuicio que refuerzan el mantenimiento de tales experiencias en el ámbito privado, contribuyendo al mantenimiento de la lógica heteronormativa. Se sugiere la creación de espacios para el intercambio de experiencias como una herramienta importante para el surgimiento de sujetos políticos que comprendan críticamente el contexto que los rodea y deconstruyan los mecanismos de poder que producen el silencio y naturalizan la violencia.

Palabra clave: estudiantes, diversidad de género, sexismo, homofobia, homosexualidad masculina

Este estudo integra a pesquisa realizada em um Programa de Pós-Graduação em Psicologia, intitulada *Preconceito e violência contra homens gays universitários: Análise de processos de hierarquização e inferiorização social* (Magno-Silva, 2020), que investigou as experiências de preconceito vivenciadas por discentes gays na universidade. É sabido que a entrada na universidade é sempre marcada por mudanças significativas, exigindo dos estudantes habilidades para se adaptarem ao novo contexto. Para além dos desafios enfrentados em decorrência do processo de mudança, como o distanciamento familiar, a criação de novas redes de sociabilidade, a exigência de novas responsabilidades, a troca do ambiente escolar de educação básica para o de ensino superior (Oliveira et al., 2016), estudantes LGBTQs são inscritos, em muitos casos, em dinâmicas de preconceito que diariamente tentam inviabilizar e silenciar as experiências que vivenciam na universidade. Desse modo, se por um lado essas mudanças despertam expectativas positivas em torno do (re)conhecimento das pluralidades de experiência das sexualidades não heterossexuais nas instituições de ensino superior (IES), por outro lado, como resultado dos mecanismos de manutenção da lógica heteronormativa, tais idealizações podem não corresponder à realidade encontrada.

É notório que historicamente a diversidade sexual vem ganhando mais visibilidade nos espaços sociais. Não por acaso, em pesquisa realizada em âmbito nacional, Venturi (2011) relata ser consensual na comunidade LGBTQ que a situação atual do país é melhor se comparada às décadas anteriores. No entanto, Prado e Junqueira (2011) demarcam a inexistência de espaços ins-

titucionais isentos de preconceito em relação à diversidade sexual. Dessa maneira, o Estado brasileiro corrobora com esta perspectiva, explicitando que tal visibilidade não acompanha concomitantemente a diminuição de preconceito e discriminação, demonstrando altos níveis de violência homofóbica perpetrados contra esta população (Secretaria Especial de Direitos Humanos [SEDH], 2016).

Pelo fato de constituir-se como possibilidade de movimento emancipatório no processo de construção/produção de conhecimento e, desse modo, prezar pela formação de profissionais com consciência crítica em relação às questões sociais, o espaço acadêmico assume certo protagonismo na discussão sobre as formas de relacionamento do ser humano com o mundo e consigo mesmo. Portanto, falar sobre experiências não heterossexuais neste espaço é considerá-lo enquanto lugar potencial de transformação de realidades individuais e/ou coletivas, promovendo gradualmente o direito à cidadania, livre de práticas sociais/educacionais preconceituosas e discriminatórias. Em contraposição a tal perspectiva, este e outros ambientes educacionais têm se configurado enquanto espaços normativos, (re)produzindo conhecimentos/saberes a partir dos interesses hegemônicos, que continuam privilegiando uns e subalternizando e inferiorizando outros. Assim, nosso estudo reitera outras investigações de grande impacto científico e social que vêm sendo desenvolvidas nas IES.

Em suas diversas abordagens, no que tange à realidade do preconceito contra a diversidade sexual, os estudos buscam enfatizar a importância de perspectivas críticas que visam o aprofundamento dos debates interseccionais de gênero, sexualidade, classe e raça, e das problematizações acerca do próprio funcionamento da lógica heteronormativa (Seffner, 2013; Mountian, 2014) legitimada nas práticas sociais, pedagógicas e nos currículos de formação (Ferrari & Castro, 2013; Rizza et al., 2016). Apontam também para o fato de que a experiência negativa da sexualidade nos espaços universitários pode interferir no modo

pelo qual os sujeitos estabelecem relações interpessoais, em sua adaptação à instituição, na motivação e desempenho acadêmico, na saúde mental e na própria tomada de decisão em relação à permanência no curso (Lima, 2019). Além disso, pesquisas relatam a presença de preconceito e a não oferta de acolhimento institucional e de aparato psicológico a esses alunos (Mendes, 2012; Prado et al., 2009).

Em contrapartida a essa realidade, estudos norte-americanos apresentam contribuições significativas de redes de acolhimento a essas demandas (Sanlo, 1998; Ivory, 2005). Salienta-se ainda, no Brasil, a realização dos Encontros Nacionais em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG), promovidos em diferentes IES, que funcionam como estratégia para a criação de espaços de defesa "do fim do machismo, da homofobia, do racismo e da gordofobia; e a livre expressão da identidade de gênero" (Lima, 2017, p. 258) no cotidiano universitário.

É nesse sentido que este estudo produz importantes tensionamentos, explicitando que a exclusão dos exercícios não heteronormativos e a produção de desigualdades de gênero ainda são elementos exponenciais de (re)produção de violências no contexto universitário. Dessa maneira, este artigo analisa as experiências de preconceito contra sexualidades vivenciadas por estudantes autodeclarados homens *gays* em sua trajetória acadêmica, buscando refletir sobre os sistemas normativos produtores de silenciamentos e opressões.

Preconceito contra não heterossexuais na universidade

O presente estudo busca refletir sobre a dimensão histórico-política dos mecanismos mantenedores de uma realidade na qual aqueles que são considerados dissonantes são excluídos e marginalizados e, ao mesmo tempo, capturados sob novas formas de dominação, mais sutis e equiparadas às demandas das classes hegemônicas. Assim, alinhado à Psicologia Social Crítica, busca romper com os paradigmas historicamente produzidos sobre neutralidade e distanciamento

do pesquisador frente à realidade pesquisada, consolidando seu compromisso ético e político com as camadas vulnerabilizadas e a transformação das realidades em que vivem (Lima & Junior, 2014).

Como apontam Lacerda et al. (2002), há uma densidade teórica no campo psicológico que tem buscado, ao longo do tempo, compreender o fenômeno do preconceito. Em termos conceituais e de análise considera-se o preconceito sexual como uma importante ferramenta de manutenção das hierarquias entre grupos sociais/sexuais e de legitimação dos sistemas de inferiorização social no contexto histórico de uma sociedade, materializando-se, muitas vezes, por meio de violência e ódio de uns sobre os outros (Prado & Machado, 2008).

O preconceito contra sexualidades é um fenômeno altamente complexo, que é sustentado por um paradoxo que limita a percepção do indivíduo acerca da realidade, pois atua no ocultamento das razões historicamente justificadas para a inferiorização, naturalizadas por seus próprios mecanismos (Prado & Machado, 2008). O que apontamos e colocamos no cerne de nossas análises é que o preconceito é também um sistema de legitimação de hierarquias de poder, pois garante que as assimetrias se mantenham sem que elas apareçam como assimétricas. Assim, atua na esfera individual por meio da assimilação, do subalterno, das características de inferioridade a ele atribuídas, enquanto na esfera pública "sustenta a hierarquização social, que dá normatividade e coerência à ação, reduzindo o complexo ao simples, conforme as exigências da heterogeneidade estruturada na vida cotidiana" (Prado & Machado, 2008, p. 76).

O Brasil registra anualmente altos níveis de violência direcionada à população de não heterossexuais (SEDH, 2016). As trajetórias de pessoas LGBTQs são marcadas por inúmeras violências que, através da dinamização do preconceito social/sexual, inviabilizam e silenciam as suas experiências nos contextos familiares, educacionais, religiosos, dentre outros, instâncias que exercem um papel preponderante no que diz respeito

aos sistemas que deveriam garantir a proteção individual e/ou coletiva, e a autonomia desses sujeitos. O paradoxo máximo diz respeito à própria legislação, pois a Constituição Federal assegura a igualdade de todos, ao mesmo tempo em que se omite frente à criação de estratégias eficazes para garantir os direitos legislados (Bento, 2017). Entretanto, ressalva-se uma importante conquista para o campo dos direitos de pessoas LGBTQs, viabilizada pela decisão do Superior Tribunal Federal que criminalizou a homofobia no Brasil no ano de 2019, através da Lei de Racismo (Brasil, 1989), o que se materializa como uma ferramenta potente de combate ao preconceito contra não heterossexuais nos diversos espaços sociais.

Assim como outros espaços educacionais, as IES são atravessadas por alguns marcadores sociais da diferença, tais como, raça, classe, gênero e sexualidade. Inscrita historicamente como instituição voltada ao atendimento de demandas técnicas e intelectuais das classes dominantes, a universidade pode ser compreendida como espaço que não apenas (re)produz, mas atualiza as dinâmicas produtoras de desigualdades e formas subalternas de existência (Prado & Machado, 2008; Nardi et al., 2013).

Assim, as IES, além de garantirem o monopólio de formas específicas de transmissão de conhecimentos e a autorização para desenvolver determinadas funções, também participam ativamente da articulação de redes de sociabilidade que circunscrevem as trocas de experiências e vivências de grupos que foram homogeneizados (Nardi et al., 2013). Concomitantemente, trata-se de uma instituição que ocupa o lugar da "razão" e que, mesmo sem questionar as violências produzidas pela própria "racionalidade", considera-se protegida dos inúmeros tipos de violência advindos da "ignorância" e da "irracionalidade", tendo como um de seus principais *slogans* o aprofundamento dos princípios democráticos, de cidadania e o respeito às pluralidades de experiências.

É nesse ponto nodal de convergência entre a adoção de inúmeras estratégias normativas para garantia, manutenção e controle daquilo que se

considera fora do campo da "razão" e a imposição dessas mesmas normas como hierarquizadoras das relações sociais e limitadoras da pluralidade de experiências (Nardi et al., 2013), que se constitui um contexto configurado pela ausência de problematização acerca do funcionamento da lógica heteronormativa, o que legitima a naturalização das violências direcionadas à população LGBTQ pelos próprios atores presentes nas instituições de ensino superior (alunos, professores, técnicos, gestores, dentre outros).

Portanto, em consonância com Prado et al. (2009), propomo-nos a refletir sobre a realidade de estudantes não heterossexuais no contexto universitário, focando o preconceito e a violência homofóbica presentes durante a sua trajetória acadêmica. A partir desse cenário, refletiremos sobre o paradoxo evidenciado pelas expectativas de estudantes acerca de uma suposta liberdade de experimentação da sexualidade, sobretudo não heterossexual, isenta de preconceitos, e a realidade institucional, que se apresenta como (re)produtora da heteronormatividade e de violência homofóbica.

Método

Esta pesquisa está inserida no campo dos estudos qualitativos e se apoia nos pressupostos teóricos e epistemológicos de perspectivas feministas. A escolha por este modelo teórico justifica-se por acreditarmos que tais conhecimentos podem auxiliar sujeitos a compreenderem criticamente a realidade que os cerca produzindo, assim, a desnaturalização das violências perpetradas contra si, através da desestabilização dos mecanismos mantenedores da heteronormatividade, que cotidianamente invisibilizam a pluralidade de experiências não heterossexuais. Além disso, inserir este tipo de investigação nos modelos teóricos de base reivindicatória/participatória (Creswell, 2010), caracterizados pelo comprometimento do pesquisador com uma agenda política que considere sujeitos historicamente marginalizados e buscando a transformação da realidade em que estão inseridos, é considerado uma potente estratégia contra os mecanismos produtores de

opressão, desigualdade e dominação.

Amostra

Trata-se de uma amostragem intencional, uma vez que os proponentes selecionaram os participantes e o local do estudo. Ressalva-se que, em contraposição às ciências em geral e mais especificamente à ciência psicológica fundamentada em pressupostos positivistas, nas pesquisas qualitativas a definição da amostra em menor número é justificada pelo foco na exploração em profundidade da subjetividade de cada participante, não pretendendo, portanto, a generalização dos dados (Alves, 1991). Desse modo, no que tange à caracterização amostral, o estudo contou com a participação de sete estudantes autodeclarados homens *gays*, sendo somente um deles negro, estando todos regularmente matriculados nos cursos de Engenharia Elétrica (dois estudantes), História, Teatro, Administração, Psicologia ou Geografia, de uma universidade federal do interior de Minas Gerais. Os alunos estavam cursando entre o segundo e o nono período de formação e suas idades variavam de 19 a 24 anos.

Instrumento

Utilizou-se como instrumento para produção de dados a entrevista narrativa. Inserida no campo qualitativo, a narrativa é compreendida como uma modalidade de entrevista não estruturada e em profundidade, na qual o pesquisador deve diminuir ao máximo sua influência e interferência (Jovchelovitch & Bauer, 2003). Esta escolha se justifica pelo fato de que o relato de estudantes autodeclarados homens *gays* sobre suas trajetórias na universidade oferece elementos capazes de posicioná-los historicamente enquanto sujeitos produtores de suas experiências, através da produção discursiva (Scott, 1999).

Assim, para garantir as especificidades da pesquisa narrativa, uma pergunta disparadora foi utilizada para desencadear o processo narrativo: "Você poderia me contar sobre suas experiências enquanto homem *gay* na universidade?". Salienta-se que os pesquisadores optaram por uma

pergunta mais genérica, com vistas a capturar a maior abrangência de informações possível acerca das vivências cotidianas dos entrevistados no contexto da universidade.

Procedimentos de produção dos dados

Os entrevistados foram contatados por meio da técnica *snowball* (Vinuto, 2014), uma ferramenta metodológica de caráter não probabilístico que utiliza de cadeias ou grupos de referência para sua configuração. Como não há como determinar a probabilidade de seleção de cada participante da investigação, lançou-se mão de informantes-chave para localizar indivíduos que preenchessem os critérios de inclusão: ser maior de 18 anos, estar matriculado em algum curso de graduação da IES onde a investigação aconteceu e autodeclarar-se homem *gay*. No que tange ao tempo, as entrevistas variaram de 22 a 52 minutos de duração, sendo realizadas em local reservado, a fim de garantir a privacidade, o anonimato e a não interrupção, e gravadas mediante o consentimento dos participantes.

Em relação aos aspectos éticos, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos das unidades educacionais de São João del-Rei, estando registrado sob o número CAAE: 11694119.8.1001.5151. Assim, está em consonância com as resoluções n.º 466 (Brasil, 2012) e n.º 510 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estando cientes dos objetivos e procedimentos da pesquisa. A fim de garantir o anonimato, foram-lhes atribuídos pseudônimos.

Procedimentos de análise dos dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e na análise dos dados foram utilizados os pressupostos da Análise Crítica do Discurso. De acordo com Foucault (1971), a produção discursiva é viabilizada em razão do estabelecimento de relações sociais de poder, sendo a análise crítica do discurso fundamental para dar conta dos aspectos históricos inerentes às relações e das práticas concretas presentes no discurso (Fischer,

2001), compreendendo que o poder constitui as relações humanas, além de ser produtor de sujeitos. Nesse sentido, autoras(es) feministas e teóricos *Queer* têm chamado a atenção de pesquisadores para a importância da elaboração de estudos em perspectivas críticas que levem em consideração os jogos de poder presentes nas relações e instituições (Mountian, 2014).

Resultados e discussão

Independentemente da orientação sexual e/ou expressão de gênero, o ingresso do estudante em uma IES é marcado por processos que envolvem níveis variados de complexidade. Como dito, as trajetórias de sujeitos não heterossexuais em todo ciclo vital são marcadas por uma série de invisibilizações e silenciamentos, e há uma expectativa por parte desses sujeitos de que o contexto universitário seja mais receptivo e acolhedor, o que lhes permitiria a experimentação da sexualidade em suas nuances mais diversas e plurais, afastando-se das inúmeras formas de opressão que vivenciam cotidianamente. Esta avaliação positiva da Universidade como contexto favorável à expressão da sexualidade é explicitada nos relatos a seguir:

Dentro da Universidade me sinto num ambiente diverso, então, me sinto livre. Livre para expressar qualquer coisa que eu quero expressar. Aqui sempre tem mais *gays* que eu estou acostumado a conviver, então, eu tenho isso mais presente. Sendo um ambiente de pessoas mais abertas eu me sinto mais livre para poder me relacionar com outros caras. Aqui eu não sinto medo de ser abertamente *gay*. Não tenho medo de que me aconteça algo mal por eu ser *gay*. (...) Eu tenho uma segurança e, conhecendo outros *gays* em outros cursos, eu vi que tipo: eu existo! O meu tipo existe! Existem pessoas como eu, lutando como eu e fazendo coisas como eu, só vivendo. Não é uma ilusão da minha cabeça, eu sou *gay* também e outras pessoas também são e elas vivem. (Bernardo, 19 anos, estudante universitário)

Quando eu cheguei aqui no curso de [nome do curso] eu ainda tinha a cabeça muito fechada, só que eu já não tinha mais essa preocupação com a minha sexualidade. Eu já tinha certeza e eu já tinha morado fora, tinha vivido algumas experiências. Quando eu cheguei aqui tudo foi mais aberto, mais amplo. Aqui temos assembleias que discutem tudo isso, não só o LGBT, mas o racismo, o feminismo. Então, a gente consegue entender todos esses casos de

uma maneira maior. (Théo, 24 anos, estudante universitário)

Eu não fui muito inserido nessa vida de calouro universitário com todas as festas e tudo mais, no primeiro momento, e depois já no segundo semestre aí eu me identifiquei com outro grupo de pessoas. Mantive todas as responsabilidades universitárias, mas aí eu comecei a enxergar que existia uma nova possibilidade do que aquela ideia de me prender até morrer. Ela [ideia de prisão] não estava tão fortalecida assim. Aí eu saía, teve várias festas, essas coisas e fui me descobrindo assim. Teve campo, né, trabalho de campo, pesquisa de campo que a gente tem um período do dia inteiro pesquisando. Andando, subindo serra, descendo serra, mas tem a noite que a gente se hospeda em algum lugar e aí tem várias conversas (...). A gente tem essa oportunidade de estar junto com as pessoas ali no trabalho de campo e isso é uma coisa que os nossos trabalhos de campo duram dias, então, tem um contato unicamente com esses alunos. Nesses laços a gente conversa e tal, e aí eu percebi que eu poderia ser livre com eles, né? E que ali eu estava no meio de pessoas extremamente, que é pra mim, tipo futuristas. Assim, de uma realidade que eu não conhecia. E aí foi isso. Foi uma paixão maravilhosa. (Arthur, 20 anos, estudante universitário)

Os relatos destes participantes revelam o papel preponderante assumido pela universidade no acolhimento ao discente. No entanto, paradoxalmente, essas mesmas instituições podem (re)produzir inúmeras formas de opressão e apagamentos. Não por acaso, pesquisas realizadas em duas IES públicas nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul (Lacerda et al., 2002; Costa et al., 2015) demonstraram que, respectivamente, 70% e 87% do total dos participantes tinham algum tipo de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, corroborando, assim, a realidade vivenciada por muitos universitários não heterossexuais.

Assim, acredita-se que, embora a universidade tenha um potencial de abertura para as experiências não heterossexuais, isso nem sempre acontece. Como apontam Prado e Junqueira (2011), é a partir de (re)produções e atualizações de práticas, discursos e valores que cotidianamente as instituições universitárias visibilizam e legitimam práticas preconceituosas e discriminatórias. O contexto universitário não se configura como uma realidade só de aceitação e afirmação, ao contrário disso, através dos sistemas de invisibilidade

violentam aqueles sujeitos que subvertem ao modelo hegemônico da sexualidade, produzindo uma suposta liberdade que mascara e naturaliza as experiências de preconceito vivenciadas no cotidiano por estes estudantes. Podemos demonstrar esta realidade nos relatos a seguir:

Apesar dela ser um espaço, a princípio, mais democrático e mais aberto, a Universidade também violenta as pessoas (...). Às vezes, algumas sensações que eu tive é que por trás dessa liberdade do mundo universitário, muitas vezes existe uma renúncia a essa própria liberdade. (...) Bom, pelas minhas experiências, pelas experiências dos meus amigos dentro da Universidade, eu não vi um preconceito explícito assim, de tipo externalizado verbalmente, sabe? Assim, de forma direta, mas de uma forma mascarada. O preconceito dentro da Universidade, e mais especificamente do *campus* que eu estudo, ele acontece de forma mascarada, assim, nos bastidores mesmo. (Francisco, 24 anos, estudante universitário)

Eu nunca tive uma referência de homem *gay* na [nome do curso]. Eu entrei lá e eu não via nenhuma pessoa *gay*, nenhuma pessoa *gay* no prédio, porque acaba sendo um prédio mais de Exatas. (Raphael, 21 anos, estudante universitário)

Quando eu entrei, eu pensei: talvez eu consiga fazer amizades e tudo mais, e eu nunca consegui criar vínculo com alguém, de conversar. Mas a gente sempre fica com aquele medo de sofrer alguma coisa. Eu nunca sofri nada direto, de tipo de algum tipo de ataque, comentário homofóbico direto para mim, sabe? (...) Na faculdade eu nunca tive liberdade para falar. Parece que eu estou sempre com medo. Conversando com qualquer um eu tenho medo da pessoa perceber que eu sou *gay*. (Anthony, 19 anos, estudante universitário)

De acordo com Pinho et al. (2015), a chegada à instituição universitária é um momento crucial na vida do sujeito, no qual podem acontecer conflitos que resultam em dificuldades no aprendizado, no estabelecimento de relações interpessoais, no aproveitamento do curso e no seu bem-estar na universidade. De uma série de mudanças, uma das principais pode ser a de moradia. Muitos vão residir em repúblicas universitárias por serem de baixo custo e por atenderem suas necessidades mais básicas. No entanto, até serem aceitos, eles são submetidos às relações hierárquicas, nas quais, em muitos casos, a questão da sexualidade é um marcador para a produção de uma série de opressões. Embora as repúblicas não sejam

espaços propriamente ditos da universidade, podemos considerá-las como uma extensão dela, uma vez que é ocupada predominantemente por alunos universitários.

A partir disso, apontamos um aspecto da dinâmica do preconceito: a prescrição dos limites de possibilidade de existência não heterossexual na vida pública e privada:

Eu cheguei numa república tradicional. (...) E eles eram bem legais, mas, assim, sempre que entrava algum calouro, sabe? É aquele negócio de: ah, vamos ver, vamos pesquisar mais sobre ele. Será que ele é viadinho? Ah, esse aqui tem cara, não sei se vai ser legal ele entrar. E aí eu ficava assim: Nossa, sério isso? Incomoda, né, um pouco. (...) Na época era meio estranho mesmo esse negócio de não poder ser amigo, não poder entrar um homossexual. Isso eu acho que está mudando hoje nas repúblicas (...) Mas tem esses casos como eu falei, os que aceitam e os que falam que aceitam (...), muitos falam que aceitam, mas na verdade entra um homossexual lá e eles ficam mais excluídos. (...) Na República passada eu sentia preconceito, sabe? De pessoas que falavam: ah, eu não sou homofóbico, mas eu não gosto que façam isso na minha frente. Aí eu falei: Nossa, eu não vou morar aqui mais, sentir isso. (Thomas, 23 anos, estudante universitário)

No relato de Thomas é possível notar que a frase "eu não sou homofóbico, mas eu não gosto que façam isso na minha frente" corrobora com os resultados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FBA) (Carrara & Lacerda, 2011), que identificou que 75% dos entrevistados concordavam com a afirmativa "tudo bem que casais de *gays* e *lésbicas* façam o que quiserem em suas casas, entre quatro paredes vale tudo" (p. 79), denotando que não se trata de uma vivência que goza de legitimidade a ponto de ser aceita publicamente. Estes autores afirmam que essa suposta "tolerância" não deve ser considerada como uma aceitação da não heterossexualidade, ao contrário, deve ser compreendida em termos prescritivos, pois afirmativas como esta reforçam a ideia de que a experiência da homossexualidade deve se dar no campo do privado, garantindo assim, a manutenção da lógica heteronormativa.

Prado et al. (2009) complementam dizendo que a dinâmica do preconceito contra a diversidade sexual assume o lugar da não nomeação, ou

seja, daquilo que não faz parte de uma produção discursiva, de uma rede de significações e de um conjunto de nomeações para existir na esfera pública e, além disso, em termos de funcionalidade, garante a existência das fronteiras sexuais e de gênero. É nesse sentido que acreditamos que a politização e consequente nomeação dessas experiências, através da publicização de episódios de preconceito e violência homofóbica e da própria problematização do funcionamento da lógica heteronormativa, poderão servir como ferramentas contra-hegemônicas para que se legitimem e reconheçam-se as experiências não heterossexuais na esfera pública enquanto possibilidade de experimentação da sexualidade, borrando as estruturas sociais que (re)produzem sistemas de diferença como argumentos para justificar a superioridade da heterossexualidade sobre a não heterossexualidade.

A universidade desempenha um papel importante no que tange à formação de redes de sociabilidade entre pessoas e/ou grupos. Portanto, somado ao espaço de moradia, que em muitos casos é um fator para sujeitos não heterossexuais serem imbricados nas dinâmicas sociais do preconceito, existem também as festas universitárias. Nessa direção, Nardi et al. (2013) atentam para as "calouradas" e "trotes universitários" como tradições ritualizadas de legitimação da heteronormatividade hegemônica e dos mecanismos que se utilizam da sexualidade, e não apenas dela, quando considerada em intersecção com outros marcadores da diferença, como fator preponderante no que diz respeito à produção de inúmeras formas de inferiorização.

Assim, como forma de afirmação de hierarquias sociais e sexuais, observa-se na realidade de muitas IES a ridicularização de "calouros" com insultos homofóbicos, o que evidencia que o ambiente universitário não está imune a formas de opressão, (re)produzindo diariamente desigualdades sociais (Costa et al., 2015). Este sistema de opressões produz subalternidades e inferiorização social e sexual, configurando um terreno fértil para as manifestações de preconceito. Um exemplo deste sistema é demonstrado em estu-

do de Prado et al., (2009) que menciona que no início de todo semestre letivo, quando do ingresso dos novos alunos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, aconteciam, na época da realização da pesquisa, trotes universitários em que os estudantes passavam em frente ao prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e da Escola de Belas Artes gritando "1, 2, 3, 4... na FAFICH/Belas Artes só tem veado... 4, 3, 2, 1... eles dão pra qualquer um..." (p. 225). Exemplos como este são muito comuns nos relatos de estudantes universitários pertencentes à população LGBT (Prado et al., 2009; Nardi et al., 2013). Em relação às festas e calouradas, há relatos de situações que reiteram tais apontamentos:

Quando você sai, vai para uma festa, e que você está caminhando na rua, pelo menos eu fico... depende de onde, né? Por exemplo, se eu estou numa festa no Inome de um local, que eu sei que lá é uma galera que a maioria não vai me atacar, é diferente. Não que não possa acontecer, porque a gente está correndo risco o tempo inteiro. (...) Dependendo se for uma calourada de um curso de Exatas eu já tenho esse bloqueio e não consigo beijar um cara na frente de todo mundo. (...) Eu fui trabalhar numa festa de fotógrafo e meu expediente acabou, eu fui curtir a festa e aí comecei a beijar o menino e aí um cara foi, passou, e deu um esbarrão na gente. A gente nem viu quem era, porque a gente começou a beijar e o cara veio, esbarrou e a gente só olhou e minha amiga começou a empurrar o cara e começou a brigar com ele, e eu falando com ela: não, para! Não precisa disso. Porque o meu medo era dele ficar furioso e partir para cima de nós três. Não só ele, porque ele estava com um tanto de amigo que começou a rir, e aí, imagina se todo mundo vem para cima da gente. (Théo, 24 anos, estudante universitário)

Já teve festas também que eu fui e que pessoas heterossexuais não foram muito receptivas: homens héteros, particularmente, nessas festas de repúblicas, assim. Pelo menos a experiência que eu tive, a maioria foi com homens. Com mulheres eu lembro que uma vez eu estava no banheiro e meu amigo esperando na porta, quando eu voltei o meu amigo me contou que elas disseram assim: aquele menino é gay, né? E era numa festa de público que a maioria era heterossexual. E... eu não sei por que ela perguntou isso, mas pelo menos para mim soou estranho o jeito que ela perguntou para o meu amigo (...) e aí eu fiquei meio assim, né, meio: será que eu estou incomodado com isso por uma questão minha ou será que realmente foi uma fala pejorativa, uma pergunta pejorativa? (...) Eu lembro também que em uma festa de uma república eu fui dar um beijo triplo com

um menino e uma menina, e um cara veio e virou um copo de cerveja na gente, e ele pegou o copo de cerveja e continuou parado na nossa frente assim vendo o que a gente ia fazer, e a gente não fez nada. (Francisco, 24 anos, estudante universitário)

A pesquisa da FPA (Venturi & Bokany, 2011), comentada por Carrara e Lacerda (2011), sobre diversidade sexual e homofobia no Brasil, realizada em âmbito nacional, com brasileiras(os) heterossexuais, homossexuais e bissexuais, corrobora os resultados aqui discutidos ao indicar que 44% dos respondentes já haviam sofrido preconceito em locais de lazer. Além disso, relatos de Théo e Raphael, que corroboram outras investigações (Lacerda et al., 2002; Costa et al., 2015) evidenciam distinções entre estudantes de diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, alunos de cursos das ciências exatas tendem a (re)produzir níveis mais elevados e explícitos de preconceitos contra sexualidades do que estudantes de cursos das ciências humanas, o que acontece tanto em ambientes de lazer quanto nas IES.

Nardi et al. (2013) contribuem com esse debate dizendo que o "paradoxo do armário" pode ser dinamizado em jogos de revelações e ocultamentos, que produzem condicionalidades às possibilidades de acesso do sujeito não heterossexual ao espaço público. Ou seja, se por um lado as existências de homens que escapam às expectativas do gênero masculino só serão consideradas se forçados à visibilidade vexatória e depreciativa nos espaços públicos; por outro, paradoxalmente, a exposição compulsória e a exigência da confissão da homossexualidade contrastam com o silenciamento e a ilegitimidade da não heterossexualidade nos espaços universitários. De acordo com os autores, "esse aspecto da dinâmica social do preconceito, que reforça a onipresença da norma, acaba por relegar os/as homossexuais à ilegitimidade e ao risco de serem submetidos à humilhação por expressarem seus desejos e afetos publicamente" (p. 194). Não por acaso, na narrativa de Thomas, apagaram-se as luzes e não é sem motivo a dificuldade de Francisco em se reconhecer e se apresentar como *gay*:

Já beijei caras em festas de repúblicas tradicionais e aconteceu um caso interessante. (...) A gente estava bem no meio assim e tals e a gente começou a se beijar e aí eu acho que alguém foi e apagou a luz. A luz estava acesa o tempo inteiro, foi a gente se beijar e apagaram a luz. A gente continuou se beijando, tudo bem. Depois acenderam de novo e eu falei: nossa, apagaram a luz! Eu acho que foi de propósito ou não quiseram ver, não sei, pode ser coisa da minha cabeça, né? (Thomas, 23 anos, estudante universitário)

Eu entrei em 2013 no curso de [nome do curso] e fiquei até 2014. Eu fiz quatro períodos (...). Alguns colegas meus quando perguntavam a minha orientação eu falava heterossexual. Eles falavam: ain, sério? (...) Eu lembro que eu ficava bem incomodado com isso, dos outros falarem assim comigo: não, você é *gay*! Só que apesar de ficar incomodado com isso eu refletia sobre. No início não, mas depois eu comecei a refletir mais, ao longo da graduação. Mesmo ainda não ficando com meninos eu refletia muito sobre isso. Em 2015 eu saí do curso de [nome do curso] e entrei para o curso de [nome do curso]. E as mesmas experiências com os novos amigos aconteceu: Ah, heterossexual? Isso mesmo? etc. Eu lembro que uma das justificativas que eu dava quando eu falava que era heterossexual era: ah, homens heterossexuais podem ser afeminados. Então, eu acho que as pessoas apontavam para mim e falavam que eu era *gay* por causa dos meus trejeitos femininos. Então, essa era a justificativa que eu falava para quando me perguntavam se eu era heterossexual: os heterossexuais podem ser afeminados, etc e tal. (Francisco, 24 anos, estudante universitário)

Dessa forma, podemos perceber que embora as IES sejam vistas como espaços mais livres e acolhedores para experimentação da sexualidade sob formas diversas e plurais, sobretudo, não heterossexuais, em muitos casos permanecem atravessadas por sistemas hierárquicos e desiguais, viabilizando a prática de inúmeras formas de violência e discriminações contra os LGBTs e corroborando com os sistemas produtores de subalternização, inferiorização e silenciamento de suas experiências (Nardi et al., 2013).

Assim, o que esta investigação evidenciou é que o "armário" da universidade encontra-se apenas semiaberto. O que queremos dizer com isso? Um sujeito, ao ingressar nela, pode ainda não ter reivindicado sua sexualidade nos espaços públicos, no entanto, a partir de suas novas vivências consegue romper com o silenciamento da expressão da sua sexualidade que, através dos mecanismos reguladores da norma hege-

mônica, mantinha-o dentro do "armário", como é a realidade relatada por Francisco, em cuja trajetória as experiências universitárias tiveram forte impacto em termos de visibilização de sua orientação sexual. Por outro lado, há pessoas que já entram na universidade reconhecendo-se e apresentando-se como não heterossexuais, em decorrência de outras experiências institucionais e sociais, que têm continuidade em sua vida universitária; e, ainda, há situações em que o sujeito se utiliza de certa "seletividade" no modo de apresentar-se ou não enquanto não heterossexual, o que pode variar de acordo com a receptividade e o acolhimento às expressões plurais da sexualidade. Neste caso, há o receio da exposição, o que conseqüentemente pode inviabilizar o compartilhamento das experiências referentes à sexualidade nos espaços de socialização e convivência de estudantes universitários (Nardi et al., 2013).

Assim, depreende-se que embora todos os sujeitos da pesquisa tenham relatado experiências de preconceito, não há homogeneidade nos modos como experimentam a sexualidade em diferentes espaços da universidade e relacionados a ela, uma vez que tais experiências se dão de diversas formas, caracterizando-se como novas experimentações, abertura de espaço para exposição pública, experiências homofóbicas em contextos de festas, dentre outras, o que reforça o reconhecimento do ambiente universitário como um fator determinante para a legitimação ou não da diversidade sexual.

Considerações finais

Analisar processos que se dão em ambientes institucionais requer uma opção teórico-metodológica abrangente, que seja capaz de oferecer compreensões aprofundadas acerca do fenômeno estudado – aqui, o preconceito contra sexualidades – atravessado por complexas dinâmicas de poder. As narrativas aqui apresentadas explicitaram esta complexidade e o pouco conhecimento que se tem acerca dessas dinâmicas na universidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que ela oferece espaços

acolhedores, também participa diretamente da (re)produção de desigualdades e sofrimentos, na medida em que não propicia espaços críticos de problematização acerca do funcionamento da lógica heteronormativa.

Pensar sobre possíveis formas de intervenção nesse contexto compreende a apropriação crítica dos processos de preconceito contra a diversidade sexual que devem ser enfrentados. Não existe um modelo ideal interventivo, no entanto, deve-se considerar as especificidades do contexto em questão, de forma que se possibilite a troca de experiências nas salas de aulas, órgãos colegiados, centros acadêmicos e outros coletivos estudantis, sindicatos de categorias da educação, grupos de estudos e pesquisas, repúblicas estudantis etc., como importante ferramenta produtora de sujeitos políticos capazes de compreender criticamente o contexto que os cerca, buscando desconstruir os mecanismos e estratégias de naturalização das violências legitimadas no estabelecimento de relações de poder. Esse processo pode operar transformações nos currículos de formação, formação continuada dos profissionais da educação, normativas institucionais, (re)criação de espaços de acolhimento, calouradas, festas universitárias entre outros.

Em consonância com Lima (2019), algumas estratégias parecem promissoras para se pensar espaços universitários mais democráticos, horizontalizados e plurais. Desse modo, é indicada a criação de espaços de sensibilização estudantil e social que promovam a contextualização do machismo, sexismo, dominação de homens sobre mulheres, homofobia, racismo, dentre outros, como parte de práticas sociais, culturais, políticas e econômicas consentidas coletivamente. Portanto, que a produção de um conhecimento crítico sobre os mecanismos e estruturas de poder que incidem na vida social cotidiana, através de uma dinâmica heteronormativa, possa funcionar como ferramenta potente de enfrentamento aos mecanismos de silenciamento, tornando a trajetória de pessoas não heterossexuais na universidade mais acolhedora para a expressão da sexualidade.

Acreditamos que seja necessário, em futuras

investigações, desenvolver análises em maior profundidade das nuances dos sistemas de preconceito contra sexualidades, vislumbrando aspectos relacionais que articulam a experiência da sexualidade não heterossexual, incluindo outros atores que compõem o contexto universitário (professores, técnicos, dentre outros), estrutura curricular e processo formativo, aspectos psicológicos do aprendizado, trajetórias profissionais de pessoas LGBTQs e experiências de outros estudantes universitários pertencentes à comunidade de não heterossexuais (lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais etc.) não alcançados por este estudo.

Enfim, apostamos na perspectiva que considera que a legitimidade das experiências LGBTQs não está condicionada ao seu reconhecimento pela norma instituída e que análises mais aprofundadas desses aspectos, somadas à publicação dos episódios de preconceito no cotidiano universitário (dentro e fora da instituição), poderão produzir deslocamentos importantes e necessários nas estruturas heteronormativas que garantem a manutenção de injustiças historicamente produzidas de uns (heterossexualidade) sobre os outros (não heterossexualidade).

Referências

Alves, A. J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 77, 53-61. <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042>

Bento, B. (2017). *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA.

Brasil. *Lei nº. 7.716 de 05 de janeiro de 1989*. (1989). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

Brasil. *Resolução nº. 466 de 12 de dezembro de 2012*. (2012). Estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, Ministério da Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Brasil. *Resolução nº. 510 de 07 de abril de 2016*. (2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

Carrara, S., & Lacerda, P. (2011). Viver sob ameaça: Preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. In G. Venturi, & V. Bokany, *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 73-87). Fundação Perseu Abramo.

Costa, A. B., Peroni, R. O., Camargo, E. S., Pasley, A., & Nardi, H. C. (2015). Prejudice toward gender and sexual diversity in a Brazilian public university: Prevalence, awareness, and the effects of education. *Sexuality Research & Social Policy: A Journal of the NSRC*, 12(4), 261-272. <https://doi.org/10.1007/s13178-015-0191-z>

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.

Ferrari, A., & Castro, R. P. (2013). Quem está preparado pra isso? Reflexões sobre a formação docente para as homossexualidades. *Práxis Educativa*, 8(1), 295-317. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v8i1.0012>

Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, (114), 197-223. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

Foucault, M. (1971). *A ordem do discurso*. Edições Layola.

Ivory, B. T. (2005). LGBT students in community college: Characteristics, challenges, and recommendations. *Wiley Periodicals*, 111, 61-69. <https://doi.org/10.1002/ss.174>

Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2003). Entrevista narrativa. In M. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 90-113) Vozes.

Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das Representações Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165-178. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>

Lima, A. F., & Junior, N. L. (2014). *Metodologias de pesquisa em Psicologia Social Crítica*. Sulina.

Lima, A. M. (2019). Gênero, diversidade sexual e Psicologia: Reflexões sobre a formação das(os) psicólogas(os). In D. Ferrão, L. H. Carvalho, & T. Coacci (Orgs.), *Psicologia, gênero e diversidade sexual: Saberes em diálogo* (pp. 16-35). CRPMG.

Lima, S. P. (2017). Os limites da "experiência" e da "liberdade" no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 25, 256-276. https://doi.org/10.1590/1984-6487_sess.2017.25.13.a

Magno-Silva, W. (2020). *Preconceito e violência contra homens gays universitários: Análise de processos de hierarquização e inferiorização social*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei]. Repositório do PPGPSI/UFSJ. [https://ufsj.edu.br/porta2-repositorio/file/ppgpsi/dissertacao%20welligton%20final\(1\).pdf](https://ufsj.edu.br/porta2-repositorio/file/ppgpsi/dissertacao%20welligton%20final(1).pdf)

Mendes, T. M. (2012). *A homofobia na Universidade de Brasília: Discriminação, expressões e representações entre estudantes* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4211/1/2012_ThiagoMenesesdeCastro-Mendes.pdf

Mountian, I. (2014). Análise do discurso e pesquisa feminista: algumas considerações sobre metodologia e ética em pesquisa. In Aluísio, F. L., & Nadir, L. J., *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica* (pp. 165-191). Sulina.

Nardi, H. C., Machado, P. S., Machado, F. V., & Zenevich, L. (2013). O "armário" da universidade: O silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria e Sociedade*, 21(2), 179-200. <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/87>

Oliveira, C. T., Santos, A. S., & Dias, A. C. G. (2016). Expectativas de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 17(1), 43-53. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v17n1/06.pdf>

Pinho, A. P. M., Dourado, L. C., Aurélio, R. M., & Bastos, A. V. B. (2015). A transição do ensino médio para a universidade: Um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciam este processo e suas possíveis consequências comportamentais. *Revista de Psicologia*, 6(1), 33-47. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1691>

Prado, M. A., & Junqueira, R. D. (2011). Homofobia, hierarquização e humilhação social. In G. Venturi, & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 51-71). Fundação Perseu Abramo.

Prado, M. A., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. Cortez.

Prado, M. A., Martins, D. A., & Rocha, L. T. (2009). O litígio sobre o impensável: Escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. *Bagoas*, 3(4), 209-232. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2304>

Rizza, J. L., Ribeiro, P. R., & Mota, M. R. (2016). Disciplinas que discutem sexualidade nos currículos do Ensino Superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação atual. *Linhas*, 17(34), 197-224. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723817342016197>

Sanlo, R. L. (1998). *Working with Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender college students: A handbook for faculty and administrators*. Greenwood Press.

Scott, J. W. (1999). Experiência. In A. L. Silva, M. C. S. Lago, & T. R. O. Ramos (Orgs.), *Falas de gênero* (pp. 21-55). Mulheres. http://histori-cultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf

Secretaria Especial de Direitos Humanos. (2016). *Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013*. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>

Seffner, F. (2013). Sigam-me os bons: Apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>

Venturi, G. (2011). Da construção dos dados à cultura da intolerância às diferenças. In G. Venturi, & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 175-188). Fundação Perseu Abramo.

Venturi, G., & Bokany, V. (2011). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. Fundação Perseu Abramo.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>

Welligton Magno da Silva

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em São João del-Rei, MG, Brasil; doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil. Professor do Centro Universitário UNIFACIG, em Manhuaçu, MG, Brasil.

Celso Francisco Tondin

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em São João del-Rei, MG, Brasil.

Isabela Saraiva de Queiroz

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil; mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em São João del-Rei, MG, Brasil.

Endereço para correspondência

Welligton Magno da Silva

Praça Dom Helvécio, 74

Fábricas, 36301-160

São João del Rei, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.